

# Limites do acordo em Nova York

3 1 DEZ 1985

por Celso Pinto  
de São Paulo

O Brasil quer negociar um acordo de mais longo prazo com os bancos internacionais que inclua uma redução na taxa de risco (o "spread"). O governo não tem muita esperança de conseguir isso de imediato, mas tampouco aceitará passivamente que os bancos discutam apenas sucessivas prorrogações de acertos de curto prazo.

O acordo em vigor, que prevê a rolagem do principal e a manutenção das linhas de crédito de curto prazo, vence no próximo dia 17. Em Brasília, considera-se provável que seja necessário substituí-lo por novo acerto provisório, por noventa dias, que dê tempo para que se avance na discussão de um acordo mais amplo.

O presidente do Banco Central (BC), Fernando Bracher, tem a impressão de que os bancos irão concentrar-se na discussão de um acordo por dois anos. O

Brasil, disse ele a este jornal, tem como ponto de partida um acordo de reescalamento multianual (o "Myra"), mas aceita discutir qualquer coisa, desde que não se percam algumas de suas vantagens. A principal delas, como se sabe, é a redução no "spread".

O problema, como lembrou outra fonte do governo, é que os bancos em Nova York podem insistir na sucessiva renovação por curto prazo do acordo atual, sem alterar as taxas e sem oferecer uma perspectiva mais estável a médio prazo. Existe, segundo esta fonte, certa convicção entre os bancos e setores do governo norte-americano de que a experiência econômica brasileira poderia ter fôlego curto. Ao insistir na manutenção de altas taxas de crescimento, o governo acabaria acelerando a inflação e afetando os resultados da balança comercial.

Por esta razão, já que é inevitável renovar algum acordo com o Brasil, sob pena de detonar uma crise financeira internacional, seria mais vantajoso fazê-lo várias vezes por prazos curtos, em torno de noventa dias. Em algum ponto da trajetória, talvez no segundo semestre de 1986, o País já estaria pagando o preço de sua heterodoxia econômica e estaria mais vulnerável para aceitar as regras dos credores, inclusive em relação à necessidade de um acordo com o FMI.

O governo brasileiro, obviamente, não só discorda da previsão de turbulências pela frente como também está disposto a subir, se for preciso, o tom das negociações para impedir que a discussão fique restrita ao curto prazo. No limite, as armas existentes são conhecidas: do lado brasileiro, uma centralização do câmbio e a imposi-

ção de limites no pagamento de juros; do lado dos bancos, a retirada das linhas de curto prazo dos bancos brasileiros no exterior.

Bracher não discute estas hipóteses extremas. Ele acha que há "um interesse recíproco das duas partes" no fechamento de um acordo. O que torna este um "exercício difícil para os dois lados", diz ele, é a existência de um número muito grande de negociadores do lado dos bancos, o que sugere cuidado nas manobras.

Se o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, enviar aos bancos uma avaliação positiva do programa econômico brasileiro para o próximo ano, facilitará muito a discussão. O governo já enviou parte do material a Larosière; o restante seguirá nos próximos dias.

O centro das projeções para 1986 está montado a partir dos efeitos do recente "pacote" fiscal. Embora o trabalho ainda não esteja concluído, sabe-se que o resultado em relação ao déficit do setor público — um dos itens mais importantes, do ponto de vista do Fundo — é bastante positivo. Medido por um conceito mais abrangente, que o Brasil passou a utilizar, o déficit poderá ficar ao redor de 1,5% do PIB em 1986. Se for utilizado o critério adotado pelo FMI, no entanto, é possível que se chegue a um pequeno superávit operacional do setor público no próximo ano.

Foi o próprio Larosière quem ofereceu ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, num almoço que tiveram em Washington, pouco antes da aprovação do "pacote" fiscal, a possibilidade de enviar um telex aos bancos fazendo uma avaliação das perspectivas econômicas

## Limites do acordo em Nova York

por Celso Pinto  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

brasileiras em 1986. De toda forma, não se sabe que tipo de julgamento será feito pelo diretor-gerente do Fundo.

Bracher diz que seria "muito importante" uma avaliação positiva, embora deixe claro que, se ela não for favorável, mesmo assim o acordo terá de sair, ainda que seja mais difícil.

O que mais preocupa, naturalmente, são as linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias, que somam mais de US\$ 15 bilhões. Elas abastecem as agências bancárias brasileiras no exterior.

Os pequenos e médios bancos têm demonstrado alguma reticência em manter-se nestas linhas. Se eles se retirassem, ou os grandes bancos teriam de cobrir suas posições ou o Brasil, provavelmente, teria de tomar medidas de-

fensivas para manter seu nível de reservas.

O fato é que a grande maioria dos devedores latino-americanos atravessa uma situação bastante difícil, necessitam de volumosos recursos externos adicionais no próximo ano e não têm mais espaço para ajustes internos muito duros. São grandes, potencialmente, as chances de a questão da dívida externa voltar ao centro das preocupações internacionais em 1986. O Brasil é uma exceção: está pagando os juros em dia, tem reservas num nível confortável e boas projeções para o setor externo em 1986.

Dado este quadro, supõe-se que não interessaria aos credores criar mais tensão com o caso brasileiro. Tampouco lhes interessaria fazer ao Brasil concessões que pudessem servir de parâmetro para mudar as regras da negociação. Esta a natureza do jogo que se aviará nas próximas semanas.

(Continua na página 15)